De Dona de Casa a Dona da Roça: Experiências de Participação Feminista na Zona da Mata mineira[1]

Angélica ALMEIDA[2]

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG

Resumo

A proposta deste artigo é analisar como a participação das agricultoras familiares agroecológicas nos movimentos e organizações feministas na Zona da Mata de Minas Gerais se constitui como uma experiência singular para elas e que potencialmente contribui para a superação das desigualdades de gênero na região. Com base em pesquisa documental, em nível exploratório, avaliamos depoimentos de mulheres rurais relacionados à desnaturalização e transformação de situações cotidianas de desrespeito e machismo. Neste sentido, o presente trabalho intenta perceber os impactos individuais e sociais da participação em espaços feministas auto-organizados, compreendendo como esta experiência pode reconfigurar contextos intrafamiliares e ganhar expressividade na esfera pública.

Palavras-chave: comunicação; feminismo; agroecologia; experiência; participação política.

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2]Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, e-mail: angelica.comsocial@gmail.com.

Introdução

A comunicação não é um fenômeno descolado da vida social ou a-histórico, pelo contrário, é no contexto das interações sociais que ela emerge (BRAGA, 2011). Torna-se profícuo, então, investigá-la no âmbito dos processos e práticas sociais, compreendendo as circunstâncias situacionais na qual ocorre.

Ancorado nas contribuições pragmatistas de John Dewey, o presente trabalho pretende compreender a dimensão comunicacional manifesta no engajamento de agricultoras no Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais, buscando analisar quais os desdobramentos desta participação para a reconfiguração dos contextos intrafamiliares e para a visibilidade socialmente organizada construída em torno do feminismo e da agroecologia.

Neste sentido, o texto que se segue é estruturado da seguinte maneira: apresentaremos introdutoriamente o conceito de experiência de John Dewey e apontamentos da luta feminista agroecológica no Brasil e na Zona da Mata mineira. Em um segundo momento, lançaremos mãos dos dados empíricos coletados, articulando-os e tensionando-os com a bibliografia exposta.

Experiência, participação e comunicação em Dewey

Experiência é um dos conceitos centrais que perpassa a obra de John Dewey. Em sua filosofia pragmática, Dewey critica os pressupostos da metafísica tradicional, convergindo com Peirce e James na construção de uma matriz de pensamento antifundacionalista, consequencialista e contextualista (POGREBINSCHI, 2005).

Dewey compreende a experiência como resultante da interação entre uma criatura e algum aspecto do mundo em que vive e, quando plenamente realizada, como "uma transformação da interação em participação e comunicação" (2010, p. 89). Isto porque a experiência não decorre pura e subjetivamente naquele que experimenta dada situação – por certo as interações influenciam a formação de atitudes e propósitos pessoais –, mas "toda genuína experiência tem um lado ativo, que muda de algum modo as condições objetivas em que as experiências se passam" (DEWEY, 1979, p. 31).

As experiências seguem um princípio de continuidade, uma vez que estão sempre atreladas a experiências anteriores e alteram as subsequentes. Elas se constituem, assim, como um processo ininterrupto de troca entre um indivíduo e o meio, uma transação, que pode gerar, em maior ou menor medida, reflexão por parte de quem

as experiencia. Dewey (1979, p. 112) diferencia certas experiências das outras por características e aspectos singulares, "constituída por uma qualidade ímpar que perpassa a experiência inteira, a despeito da variação das partes que a compõem".

Se uma experiência é desprovida de reflexão consciente, não fornece recursos para que os indivíduos se apropriem das realidades que os cercam e nem os apta a modificá-las. Por sua vez, quando uma experiência é significativa, quando é acompanhada por elementos de percepção e de análise, leva as pessoas a adquirirem conhecimentos que as habilitam a assenhorear-se das experiências, a indagar suas realidades e a redirigi-las (DEWEY, 1978).

Agindo diretamente na realidade, os indivíduos podem reelaborar a si mesmos e suas vivências, uma vez que o contexto da experiência é formativo, é nele que são produzidos aprendizados e a aptidão crítica e intervencionista. À vista disso, a educação é compreendida por Dewey (1978, p. 17) como a habilidade de transformar a própria dinâmica da vida, como "o processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras".

Aprender por experiência capacita os indivíduos a estabelecerem ligações tanto retrospectivas quanto prospectivas, "a ação de sofrer as consequências se transforma em instrução – em descoberta das relações das coisas entre si" (DEWEY, 1960, p. 171). Contribui, portanto, não só para que as pessoas sejam afetadas pelas circunstâncias, mas para que aumentem sua percepção perante as relações que instauram, para trazer luz para situações até então despercebidas e para reconfigurar criticamente ações futuras, nas quais hábitos correntes podem ser desconstruídos.

Dewey enfoca seu pensamento no potencial da experiência reflexiva e cooperativamente construída para o enfrentamento das situações sociais problemáticas e para a constituição de um projeto democrático, fundado na interdependência e na plena consciência entre os membros de uma grande comunidade (MENDONÇA, 2012). No amplo sentido em que percebia a dimensão social de uma ação, no sentido de favorecer o bem-estar de uma comunidade ou afetá-la de alguma forma, Dewey (1960, p. 10) revitaliza a noção de público, a quem denomina ser "todos aqueles que são afetados pelas consequências indiretas das transações a tal ponto que se considera necessário ter essas consequências tratadas sistematicamente".

Desta forma, experiência reflexiva, comunicação, participação e democracia estão profundamente imbricadas na obra de Dewey. Segundo o autor, a comunicação é a base da sustentação moral da comunidade, é o mecanismo que compatibiliza o singular e o coletivo e que possibilita uma coletividade a refletir sobre os problemas compartilhados e suas resoluções:

> Nada se comunica sem que os dois agentes em comunicação – o que recebe e o que comunica – se mudem ou se transformem de certo modo. Quem recebe a comunicação tem uma nova experiência que lhe transforma a própria natureza. Quem a comunica, por sua vez, se muda e se transforma no esforço para formular a sua própria experiência. Há, assim, uma troca, um mútuo dar e receber. Neste sentido, toda relação social que seja realmente vivida e participada é educativa para os que dela partilham (DEWEY, 1978, p. 40).

Partimos, neste sentido, das contribuições do pensamento de Dewey a respeito da centralidade da comunicação para a constituição de experiências sociais reflexivas que conduzam a um horizonte democrático, para compreender a mobilização em torno da bandeira do feminismo e da agroecologia na Zona da Mata mineira. Interessa-nos apreender de que forma a participação das agricultoras contribui para a superação das desigualdades de gênero em seus contextos intrafamiliares e para a ampliação da tematização das lutas empreendidas na esfera pública.

A luta feminista na Zona da Mata mineira

A superação da desigualdade de gênero[3] no meio rural tem sido o objeto da ação política dos movimentos de mulheres desde a década de 1980 (BUTTO; DANTAS, 2011). As primeiras tematizações levantadas pelas trabalhadoras rurais organizadas foram o reconhecimento da profissão de agricultora, a luta por direitos sociais básicos (aposentadoria, salário maternidade, questões ligadas à saúde da mulher), o direito à sindicalização, bem como o acesso a terra e a incorporação das reivindicações específicas de gênero na bandeira da reforma agrária (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

O início dos anos 2000 é considerado o período no qual as agricultoras ganham visibilidade pública como produtoras rurais propriamente ditas, exigindo o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e demandando tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado (SILIPRANDI, 2013). Apesar de as mulheres rurais

[3] Adotamos a perspectiva de Lauretis, para quem gênero não se confunde com sexo biológico ou como condição apriorística. Gênero é uma representação fundada sobre a oposição rígida, estrutural e hierarquizante entre os dois sexos biológicos e sustenta a desigualdade social (LAURETIS, 1987, p. 212).

conquistarem destaque em ações de impacto político, afirmando sua identidade em meio a um conjunto de categorias que vivem no campo, agricultoras familiares

> ainda têm menor acesso à terra e aos instrumentos de produção; via de regra não recebem rendimentos por seu trabalho, pois seus resultados são somados à renda da família, cujo uso será decidido, na maioria das vezes, sem a sua participação direta. Muitas vezes não têm poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho direta nas lavouras e criações, e ainda nas atividades de manutenção da família. [...] Ainda sofrem com a falta de documentos civis básicos, decorrente da invisibilidade do seu trabalho e subalternidade em que vivem dentro da família rural. [...] Sem esses documentos, ficam excluídas de receber benefícios, constituindo-se em mais um fator de discriminação (SILIPRANDI, 2013, p. 7).

Na Zona da Mata mineira, a estruturação do movimento agroecológico e dos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais aconteceu na década de 80. Não pretendemos aprofundar a constituição histórica do movimento, mas é importante pontuar que as organizações que constroem a agroecologia não compreendem este projeto apenas como um modo de produção agrícola ambientalmente correto, mas como um modelo de sociedade democrático e sustentável, pautado pela equidade nas relações sociais. Neste sentido, a atuação das agricultoras familiares da região, desde os anos 90, tem sido de luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura, tendo em vista o lugar ainda marginalizado que ele ocupa. Na época as mulheres começaram a se organizar nas Comissões Municipais de Mulheres Trabalhadoras Rurais formando, depois, o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML).

Houve um processo de desmobilização das agricultoras, mas o Movimento foi restabelecido com apoio da ONG Centro de Tecnologias Alternativas (CTA)[4] em 2011. Atualmente, a articulação regional é composta por representantes de 15 municípios[5] e atua, além da parceria com o CTA, em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e as Comissões Municipais de Mulheres[6]. Os principais motes de

[4]Importante ressaltar a contribuição prestada pelo CTA para a consolidação dos grupos feministas na região. Em 2014, o CTA recebeu os prêmios Objetivos do Milênio estadual e nacional, em reconhecimento ao trabalho de construção da igualdade de gênero e valorização da mulher (CTA, 2016).

[5]Acaiaca, Araponga, Caparaó, Divino, Diogo de Vasconcelos, Ervália, Espera Feliz, Guidoval, Orizânia, Paula Cândido, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, Simonésia, Viçosa e Visconde do Rio Branco.

[6]Apesar de se tratarem de espaços distintos, as ações feministas tanto no Movimento de Mulheres quanto nas entidades parceiras estão profundamente articuladas, abrigando públicos que se sobrepõem. Neste sentido, não pretendemos delimitar a ação de cada uma dessas instâncias, mas objetivamos entender, de forma ampla, como o processo de participação feminista pode contribuir para a superação das desigualdades de gênero.

luta construídos coletivamente pelo Movimento de Mulheres têm sido o empoderamento feminino, o fortalecimento da luta pela igualdade de gênero e contra a violência, a valorização da mulher e do seu trabalho, a melhoria das condições de vida com a prática da agroecologia, a geração de renda e acesso ao crédito, a participação efetiva da mulher no âmbito familiar e/ou social e a luta por políticas públicas específicas para as mulheres (MMZML, 2016).

As pesquisas *"Estratégias para Incorporação do Enfoque de Gênero em Dinâmicas Regionais"* (GT Gênero, 2007) e *"Gênero e Construção do Espaço: Agricultoras e Agroecologia na Zona da Mata Mineira"* (EUCLIDES, 2010) foram indicadores das desigualdades na região, balizando ações do Movimento. Entre 2010 e 2016, foi realizado um intenso processo formativo com as agricultoras, abordando temas que tangenciaram tanto o reconhecimento do protagonismo feminino agroecológico e suas inovações nos sistemas produtivos quanto a autonomia econômica, o acesso às políticas públicas e a organização produtiva das mulheres rurais (LADEIRA, 2012; LADEIRA, 2016).

Neste contexto de atuação do Movimento, metodologicamente o presente trabalho foi estruturado por meio de análise documental, em nível exploratório, dos materiais de comunicação produzidos pelo Centro de Tecnologias Alternativas, a saber: relatos de agricultoras nos boletins da ONG e vídeos com depoimentos das beneficiárias que integram o Movimento de Mulheres[7]. Interessa-nos compreender a dimensão comunicacional expressa na participação delas no Movimento e suas contribuições para a superação da desigualdade de gênero na região. O conceito de experiência cunhado por Dewey será central para orientar a análise os dados empíricos pesquisados.

"A participação nos movimentos pode mudar a vida das mulheres?"

Quando perguntadas se a participação nos movimentos pode mudar a vida das mulheres, é recorrente o acionamento das palavras reconhecimento e valorização nas respostas das agricultoras. Elas relatam a transformação da sua autopercepção, sobretudo no que se refere à compreensão da importância das atividades produtivas que desempenham e da sua profissão como agricultoras:

[7]Os materiais analisados foram produzidos pela autora do artigo quando esteve como assessora de comunicação do projeto *Fortalecimento da autonomia econômica de mulheres rurais no Brasil*, entre 2014 e 2016. Os documentos analisados estão disponíveis no blog: http://mulhereseagroecologia.blogspot.com.br/.

> Eu, pelo menos, não me reconhecia, né? Até outro dia eu fiquei sabendo... Meu marido trabalha na roça. Eu também trabalho na roça, eu não sou ajudante dele. Eu pensava que era *dona de casa*. Não. Eu também trabalho na roça. Eu sou *dona da roça*, sou rural. A gente custa a descobrir - Agricultora da comunidade Córrego do Meio, Airões, Viçosa (grifos nossos).
>
> A gente passou a conhecer mais o nosso próprio existir, o existir da mulher, porque, às vezes, a gente passava até despercebida né? Nesse momento que a gente começou a participar, a gente sentiu mais importante, né? Geralmente quando perguntava a minha profissão eu falava que era doméstica. Agora não, com todo orgulho, eu falo que sou agricultora e trabalhadora rural, eu me valorizo dentro do meu trabalho, na minha casa. - Agricultora da comunidade de Lanço Grande, Santana do Manhuaçu.

Apesar de tematizado desde a década de 80, o reconhecimento da profissão de agricultora permanece objeto de luta dos movimentos. A divisão sexual do trabalho, que marca a economia rural, persiste associando os homens às atividades econômicas geradoras de emprego e renda, enquanto concentra predominantemente as mulheres em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, como a criação de aves e pequenos animais, a horticultura, floricultura, silvicultura e a lavoura. Ainda que exerçam uma multiplicidade de atividades, mulheres rurais representam 64% do total das trabalhadoras brasileiras não remuneradas. Além de não receberem pelos serviços, muitas não participam das decisões econômicas familiares, como explicita a agricultora de Espera Feliz: “Na maioria dos casos as mulheres têm participação no serviço braçal, mas na hora de decidir o que vai fazer com a renda, elas não participam”. Cumpre notar que a ausência de políticas de desenvolvimento rural até 2003 corroborava para a naturalização do entendimento do trabalho feminino como mera ajuda aos homens e consequente dependência econômica das mulheres (BUTTO; DANTAS, 2011).

A experiência de se afirmarem enquanto agricultoras é transformadora no sentido de promover reflexão sobre como as mulheres enxergam e valorizam a si mesmas e os trabalhos que desenvolvem. Analisando o conjunto de atividades que exercem e de habilidades que possuem e colocam à disposição da família e das comunidades, essas mulheres passam a se perceber enquanto produtoras e geradoras de renda e a se sentir dignas de estima e respeito pelo que fazem e pelo que são. Essa experiência de reconhecimento das suas capacidades e do impacto de suas contribuições para a manutenção das famílias reflete diretamente não só na maneira mais positiva

como lidam com sua autoimagem, mas também como começam a se relacionar com os outros membros da casa:

> Depois que comecei a participar, comecei a perceber meu valor. A minha postura mesmo, não esperar valorização dos outros, mas me valorizar. Eu me sentia sobrecarregada demais, achava que era obrigada a passar, cozinhar, essas coisas todas, e que o marido e os filhos homens não tinham essa obrigação. Hoje vejo isso com outro olhar, todos têm que ter a sua parcela de colaboração. Se eu ajudo na economia da casa, tenho que ser valorizada, senão vou deixar de fazer as coisas dentro de casa - Agricultora da comunidade de Divino, Santana do Manhuaçu.
>
> Até as violências dentro de casa diminuíram. Porque a gente aprendeu que, muitas vezes, a gente não deixa o marido ajudar a gente a fazer as coisas, imaginando que estava errado. E, depois que a gente começou a frequentar o Movimento de Mulheres, sabe que a gente mesmo tem que modificar as coisas da casa da gente. Devagarzinho, cada dia a gente modifica alguma coisa. Se a gente ajuda eles lá na roça, porque eles não ajudarem também em casa? - Agricultora familiar de Dom Viçoso, município de Ervália.

Importante destacar como a agricultora acima identifica a sobrecarga de trabalho doméstico como uma forma de violência. Muitas vezes velada, esta sobrecarga impede que as mulheres tenham, por exemplo, tempo para se dedicarem ao cuidado pessoal e à saúde, às atividades produtivas, assim como aos momentos de lazer, estudos e participação política. Outras formas de violência também são identificadas e desnaturalizadas, como relata uma agricultora de Simonésia:

> Vim duma família muito rígida. Eu não tinha liberdade de sair, de me vestir do jeito que eu queria. Eu me lembro de que, na primeira oficina que eu participei que estava falando de violência contra as mulheres, eu fiquei muito abalada porque eu descobri que sofria muita violência. Não era de apanhar, mas era violência psicológica. Isso foi mudando com o passar do tempo, participando dos grupos de mulheres, foi me dando confiança e melhorando a minha autoestima, sabe? Pra eu ter consciência de que eu posso fazer as coisas. Porque era colocado para as mulheres que elas não podem fazer as coisas, que elas não são capazes.

Podemos analisar o relato acima por meio da noção de experiência estética desenvolvida por Dewey em *Arte como Experiência*. É possível identificar o caráter individualizador que acompanhou a agricultora em sua descoberta de situação de violência: a afetação provocada; a forma emocional e qualitativa pela qual vivenciou tal situação; a convocação de temporalidades, encadeando memórias e registros da sua criação (passado), com o conteúdo da oficina apresentada (presente) e resultando na

reestruturação da experiência diante da reflexão provocada, na reorientação do seu comportamento (futuro). Segundo o autor (2010, p.118), "a própria luta e o conflito podem ser desfrutados, apesar de serem dolorosos, quando vivenciados como um meio para desenvolver-se uma experiência; fazem parte dela por levarem-na adiante, e não apenas por estarem presentes".

Como Dewey observou (2010, p.111), quando realmente significativas e estéticas, experiências são dotadas de movimento, de alteração e "resumem aquilo pelo qual se passou e impedem sua dissipação e evaporação displicente". Nessa perspectiva, o prolongamento de experiências reflexivas é promissor para o deslocamento de um cotidiano machista para uma realidade mais digna para as mulheres. Ao desnaturalizarem violências intrafamiliares, muitas delas sistematicamente reproduzidas desde a infância dessas agricultoras, ampliam-se as possibilidades de ruptura com esses quadros. O que se observa é que agricultoras têm instaurado diálogos com seus maridos reivindicando a reversão das desigualdades e a corresponsabilidade na tomada de decisões que interferem diretamente na condução das famílias. Muitas delas passam a questionar e subverter a centralidade da autoridade masculina, exigindo participação na construção do projeto familiar, como fica expresso tanto no relato da trabalhadora de Araponga, quanto no da agricultora de Espera Feliz:

> A gente ouve muita mulher antiga falar: 'não pode viver sem o homem', 'o homem é a cabeça'. E a gente vai aprendendo que não é bem assim. A família não é só o homem. Só o homem não constrói família, não constrói nada.
>
> Antes eu dependia do meu marido para comprar as coisas. Agora não. Eu tenho minha autonomia com minha produção da rapadurinha. O que é vendido fica para a despesa. A gente senta e conversa para comprar as coisas para a lavoura. E a gente faz um planejamento do que a gente vai gastar e o que não vai. Estabelecemos limites, pensamos os investimentos para a propriedade.

Obviamente não se trata de uma equação prodigiosa em que, ao se perceberem oprimidas, as agricultoras conversam com seus companheiros e tudo se resolve. As tentativas de comunicação nem sempre resultam no entendimento e conciliação de interesses almejados e as hierarquias persistem, ainda que visibilizadas[8].

[8] Ilustra bem este exemplo de uma agricultora: "O serviço doméstico nunca foi bem dividido. Principalmente eu ajudo na roça e o homem não ajuda em casa. Porque eles acham que o serviço deles é o que mais cansa, que o serviço mais pesado é o da roça, aí quando chega em casa, a tarefa da casa fica só pra a mulher. Esse problema eu ainda tenho, que a tarefa da casa é só minha ainda e das meninas. O meu marido reconhece. Ele sabe que tem que ser

> Não apenas são o desejo e a crença pessoais funções do hábito e do costume, mas condições objetivas que fornecem os recursos e as ferramentas da ação, junto com suas limitações, obstruções e armadilhas, são resultados do passado, perpetuando, quer queira, quer não, seu exercício e poder. A criação de uma *tábula rasa* a fim de permitir a criação de uma nova ordem é tão impossível a ponto de desprezar tanto a esperança dos revolucionários esperançosos e a timidez de conservadores assustados. No entanto, as mudanças ocorrem e são cumulativas em caráter. A observação delas à luz de suas consequências reconhecidas provoca reflexão, descoberta, invenção e experimentação (DEWEY, 1927, p.65).

Apesar de não haver uma ruptura plena com o modelo familiar machista e de permanecerem se responsabilizando pela maior parte, senão a totalidade, das tarefas domésticas, muitas mulheres conseguem subverter, de alguma forma, a ordem das prioridades das atividades que desempenham. No exemplo de uma agricultora de Airões, ao desnaturalizar os papéis e expectativas em torno de si e do seu trabalho, ela se encorajou a modificar seus hábitos, a reorganizar o tempo e o autocuidado:

> Antes eu ficava até tarde fazendo as coisas: 'Ah, não, vai chegar gente aqui, a casa tá bagunçada, vai falar de mim'. Então eu não tinha tempo pra nada, nem pra passar um esmalte eu não tinha. Você tá vendo meu cabelo arrumadinho, eu fui arrumar depois que comecei a participar com as mulheres. Agora estou assim: se eu tiver um encontro marcado com as mulheres e meu marido disser que eu não vou, eu vou. Antes não, eu pensava que tinha que olhar primeiro a casa, marido, filho, pra depois eu sair. Agora eu aprendi que não pode ser assim, eu aprendi a gostar de mim pra depois gostar dos outros.

Outra agricultora retrata a superação da subserviência no casamento. Fica explícita a oposição que ela constrói entre a educação desregrada do marido e a educação controladora que recebeu:

> Meu marido veio de uma família assim que a mãe ensinou eles a receber tudo na mão. Então quando eu casei, menina de roça, vinda lá dos cantão, que meu pai não me liberava sair. Ele tava me dominando assim: chegava do serviço, eu tinha que colocar água pra ele tomar banho, toalha, tudo no lugar. Se saísse, quando chegava eu tinha que tirar sapato, tirar meia. Eu fui aprendendo. Um dia eu comentei com a minha cunhada e ela disse que eu não era obrigada a fazer isso. 'Cê tem que aprender, que, senão, daqui uns dias, você não vai ter vez dentro de casa'. Aí eu aprendi a enfrentar e depois com o Movimento eu acabei libertando o resto que eu achava que ainda tava presa. Hoje eu não me sinto assim mais, porque se eu falo que tô saindo eu já tô

valorizado o que eu produzo, mas ele não dá o braço a torcer e fica sempre na dele. Muitas vezes a gente acomoda, o homem é machista e a gente fala: 'Ah, não, é isso mesmo'".

> saindo, só aviso que tô indo - Agricultora da comunidade de Mata Cães, em Acaiaca.

Experiências são dotadas de mobilidade, são fluxos que produzem encadeamentos e continuidades de algo para algo (Dewey, 2010). A experiência de participação tem conduzido essas agricultoras a ocuparem espaços e oportunidades antes desconhecidos ou distantes das mesmas, quebrando com a cadência mecânica, monótona, com as quais estavam habituadas. A auto-organização feminista tem contribuído, neste sentido, para a ampliação do acesso feminino ao espaço público, rompendo com lógicas que encerram as agricultoras no âmbito doméstico.

Ampliação da participação no espaço público

Verifica-se nos depoimentos como as agricultoras descrevem a participação como uma variável condicionante para reconfigurações familiares, sem a qual outros episódios não seriam possíveis; há uma referência expressa de realidades *antes* e *depois* da experiência. Não por acaso, a permanência das agricultoras nos grupos é fonte de intensa disputa no ambiente familiar. Trabalhando na compreensão de que "o pessoal é político", coletivamente as agricultoras têm se fortalecido para enfrentar o machismo de seus maridos e das instituições, e passam a insistir nos seus objetivos e projetos de vida reivindicando, por exemplo, o acesso às políticas públicas:

> Em 2009, lutei para ter a minha casa própria no Programa Nacional de Habitação Rural. Meu marido falou que não precisávamos da casa, que aquela velha em que morávamos era o suficiente e eu bati o pé. Todas as taxas e gastos gerados nesta conquista foram por minha conta, com a ajuda das minhas filhas que são casadas e não moram mais com a gente. São conquistas valiosas porque, quando eu não tiver lá mais, é a minha família que vai desfrutar disso que hoje estou ajudando a construir. Se eu não tivesse participando dos grupos e do CTA, não teria acessado tanta coisa e, provavelmente, teria dito 'não' para os projetos que, na visão do meu marido, não eram necessários, mas para mim tinham necessidade e valor. Isso só vem quando a gente sabe que é capaz de dar esses passos, quando a gente luta para que o recurso venha - Agricultora do assentamento Padre Jesus, comunidade de Vargem Alegre, em Espera Feliz (MG).

> Fiz o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com muito custo, mas fiz! Tinha um técnico que fez muita hora para eu conseguir, sempre faltava algo. Eu bati o pé e consegui financiamento, comprei duas vacas boas de leite, de 20 litros. Quando eu tirei leite pela primeira vez, ô gente, parecia que eu estava acertando na loteria! Hoje eu sou a única produtora de leite no meio de um monte de homens, da região de Mata Cães,

> Palmeiras de Fora e Maracujá, quando tem reunião eles mandam me chamar, eu compareço. O documento no nome de mulher vem só em meu nome, vem o cheque no meu nome e eu não abro mão de participar - Agricultora da comunidade do Maracujá, em Acaiaca.

Assistidas pelo Centro de Tecnologias Alternativas, muitas dessas agricultoras puderam conhecer e acessar outras políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além da possibilidade de ampliação de renda, este acesso, ainda que com todas as suas limitações, contribui para a valorização e valoração da produção agroecológica dessas mulheres.

Outro fruto da participação, e que também causa reveses na relação familiar desrespeitosa, é o desejo de as agricultoras retomarem seus estudos. Uma experiência em Espera Feliz chama particular atenção para o fato de uma agricultora recém-alfabetizada se dispor a ensinar outras mulheres do seu grupo produtivo a ler e a escrever, diante da impossibilidade de elas se deslocarem para a cidade para fazerem a Educação de Jovens e Adultos e da indisponibilidade de outras pessoas contribuírem nesta formação. Mais um exemplo é a experiência de uma agricultora de Airões que, sob o desestímulo familiar, relutou em levar adiante o sonho de escolarizar-se:

> Eu falei com meu marido que eu ia estudar. Ele primeiro falou: ‘Pode ir’. Ele pensou que eu não ia, né? Dei a ele meu material, ele foi e me matriculou. Aí no dia de eu ir, ele falou comigo assim: ‘Eu não me casei com mulher professora’. Eu falei: ‘Tudo bem, mas eu também não casei com vereador’. Porque ele era vereador na época... Aí eu peguei e fui. No primeiro dia eu fui, no segundo... Aí ele falou comigo assim: ‘Você escolhe: ou eu ou a escola’. Eu peguei e falei assim: ‘Então tá escolhido. Eu vou pra escola. Isso é um direito meu. Eu acho que ninguém tira’.

A determinação da agricultora fica evidente não só diante da subversão da chantagem emocional do marido, mas também dos constrangimentos e preconceitos encontrados no ambiente escolar. Ela usou do humor como estratégia para não desistir do direito de estudar:

> Eu tenho mais idade que os meninos daqui. Os meninos iam pra escola no ônibus e eu também ia. Eles punham a pasta deles em cima da poltrona, punham gilete, punham agulha, tudo pra eu não sentar na cadeira. Mas eu falei que não ia desistir. Conversei com o prefeito e ele disse: ‘Não, você vem pra estudar. Pode vir, não tem problema nenhum, só não quero que faça bagunça’. Mas eu, uma mulher velha dessas, fazer bagunça? Eu quero é estudar, né? É um direito meu

> estudar. Aí com três meses eu já tava lendo, escrevendo, passei pra segunda série. Depois fui pra terceira série e depois pra quarta. Mas foi muito di-fí-cil! Quando eu punha o pé no ônibus, tava todo mundo calado, mas eles danavam a rir. E eu ficava rindo também com eles. Quando eles perguntavam: 'O que cê tá rindo?' 'Uai, cês também num tão rindo?'. Aí eles perderam a graça comigo. Tinha um menininho baixo que falava assim comigo: 'Vai levar diploma pra São Pedro?'. 'Poxa, não tenho nada pra levar pra São Pedro. Sou bem pobre, vou levar o diploma'. E aquilo ficou como brincadeira, sabe? Aí não mexeram comigo não.

Os exemplos acima apresentados evidenciam como a experiência participativa ganha um caráter social e passa a ser compartilhada com pessoas que inicialmente não se reconheciam afetadas. Ao se reposicionarem criticamente diante das suas realidades, muitas agricultoras assumem o papel de multiplicação dos aprendizados alcançados, tornando-se referência em suas comunidades e influenciando outras mulheres a se engajarem no Movimento. Nesse mesmo sentido, Dewey fala da formação de públicos e de uma comunidade de partilha perante a afetação:

> Onde quer que haja atividade conjunta cujas consequências sejam percebidas como boas por todas as pessoas singulares que participam dela, e quando a percepção do bem for tamanha a ponto de promover um desejo e esforço enérgico para mantê-lo justamente porque ele é um bem compartilhado por todos, há, em certa medida, uma comunidade (DEWEY, 1927, p. 5).

São percebidas, portanto, implicações que ultrapassam o nível de transformação pessoal das agricultoras: a participação delas é um ato político que impacta e reajusta as relações familiares, engaja comunitariamente outras mulheres, questiona e subverte o machismo institucionalizado que predomina nas associações, sindicatos e nas organizações sociais do campo e atinge a sociedade como um todo.

> Minha primeira descoberta foi ver que eu sou capaz e posso ajudar muitas outras companheiras. Então formamos um grupo na nossa comunidade chamado 'Raízes da Terra' e desde então comecei a me envolver mais. Sou coordenadora do grupo produtivo, que hoje tem 20 mulheres e, de um ano para cá, faço parte da Comissão de Mulheres do Sindicato" - Agricultora do assentamento Padre Jesus, comunidade de Vargem Alegre, em Espera Feliz.

> Perdi o medo de falar em público, medo de ir aos trabalhos. Meu trabalho era mesmo ficar em casa, no fogão, na roça. Nunca iria imaginar que estaria envolvida no Movimento de Mulheres, na coordenação de uma diretoria de Sindicato, com ação para mulheres. Agora também estou fazendo parte da diretoria financeira da Coofeliz - Agricultora da comunidade de Fátima, em Espera Feliz.

A reflexividade e intencionalidade das condutas dessas agricultoras são explícitas, elas têm consciência de que buscam transformar as relações sociais. Tais resultados encontrados vão ao encontro dos estudos de Siliprandi (2009, p. 11), que tem chamado especial atenção para a dimensão social do movimento feminista e agroecológico brasileiro, demonstrado a forte politização com que as lutas vêm se colocando publicamente. Isso evidencia "que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla".

Considerações finais

Foi possível perceber neste trabalho como a participação das mulheres na Zona da Mata e Leste de Minas tem se constituído como uma experiência significativa que contribui para a reconfiguração dos contextos familiares e a superação das desigualdades de gênero na região. Ao analisarmos sobretudo as transformações no domínio da vida doméstica, assumimos que as relações intrafamiliares não podem ser interpretadas isoladamente de sua dimensão social, uma vez que estão intimamente ligadas, se retroalimentam e reproduzem relações de poder.

A análise das interações comunicativas permitiu compreender como as agricultoras são afetadas pela participação em grupo, como refletem sobre suas dinâmicas e passam a redirigi-las, retornando a uma perspectiva social mais ampla, assumindo a responsabilidade de mobilizarem outras mulheres a se engajarem no Movimento. Apesar de embasarmos nossa pesquisa sob as contribuições de Dewey a respeito da experiência reflexiva e da comunicação, faz-se importante mencionar que a igualdade de gênero fazia parte da visada democrática radical do autor, que compreendia a igualdade como um ideal de vida em comum que deveria guiar as relações entre mulheres e homens (VAAMONDE, 2016).

Por fim, salientamos a relevância de estudos comunicacionais que contemplem a agricultura familiar em sua diversidade e heterogeneidade. Ao considerar as interações sociais, as investigações sobre a agricultura familiar no campo da comunicação podem contribuir para o enriquecimento das pesquisas, por meio da superação de visões unicamente econômicas e produtivas que predominam nas análises sobre o meio rural.

Referências

BRAGA, J. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, XXV(58):62-77, janeiro-abril 2011. Disponível em: http://migre.me/v0TiQ. Acesso em 30 de setembro de 2016.

BUTTO, Andréa, DANTAS, Conceição orgs. **Mulheres rurais e autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.132 p.

DEWEY, John. **Arte como experiência.** Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, John. **Experiência e educação.** Tradução de Anísio Teixeira. 3ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo, SP, 1979.

DEWEY, John. **Vida e educação.** Tradução e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978. 113p.

EDMAN, Irwin. **John Dewey: sua contribuição para a tradição americana.** 1º edição brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960. 339 p.

EUCLIDES, Maria Simone et al. **Gênero e construção do espaço:** agricultoras e agroecologia na Zona da Mata mineira. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO, 8., 2010, Curitiba. Anais. Curitiba: Editora UTFPR, 2010. p.1 - 10.

FRANCO, Augusto de; POGREBINSCHI, Thamy. **Democracia cooperativa:** escritos políticos de John Dewey: 1927-1939. - Posto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 152 p.

HEREDIA, B. M. A DE; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, ano 9, n. 8. p. 1-28. Janeiro/Junho, 2006.

LADEIRA, Priscila Daniele et al. 11025 - Mulheres e Agroecologia: capacitando mulheres para a luta em defesa da vida e do meio ambiente.. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 6, n. 2, jan. 2012. ISSN 2236-7934. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11025>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LADEIRA, Priscila Daniele et al. Programa de formação feminismo e agroecologia: mulheres agricultoras superando as desigualdades de gênero na zona da mata de Minas Gerais. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, maio 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/20187>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do Gênero**. 207-240. Disponível em:<http://marcoaureliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>, Acesso em: 30 jun.2017.

MENDONÇA, R. F. A liberdade de expressão em uma chave não dualista: as contribuições de John Dewey. In: Venício Lima; Juarez Guimarães. (Org.). **Liberdade de expressão:** as várias faces de um desafio. 1ed.São Paulo: Paulus, 2013, v. 1, p. 41-63.

MENDONÇA, R. F. **Democracia e Desigualdade:** as contribuições da teoria do reconhecimento. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, 2012, p.119-146.

POGREBINSCHI, Thamy. Pragmatismo. **Teoria social e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras:** sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. Disponível em: <http://migre.me/uSybX>. Acesso em: 18 jul.2016.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VAAMONDE, Marta. **Dewey y el feminism**. Disponível em:< http://bit.ly/2swueBH>. Acesso em: 02 jun.2017.